

PRESENÇA NEGRA NO BAIRRO GETÚLIO VARGAS, EM RIO GRANDE/RS, DE 1930 A 2020: APROPRIAÇÃO DE UM ESPAÇO URBANO

Black Presence in the Getúlio Vargas Neighborhood, in Rio Grande/RS,
from 1930 to 2020: appropriation of an urban space

Presencia negra en el Barrio Getúlio Vargas, en Rio Grande/RS, de 1930 a 2020:
apropiación de un espacio urbano

Adriano Rodrigues José

Doutorando em Geografia no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (POSGEA/UFRGS) -
adriano.negro@gmail.com

Recebido em 07/08/2024. Aceito para publicação em 04/07/2025.
Versão online publicada em 03/09/2025 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo:

A proposição deste artigo vincula-se a um estudo maior no qual propomos compreender as estratégias de sobrevivência que a população negra vem desenvolvendo para buscar inserção na sociedade e apropriação do espaço urbano. O lugar tomado como campo de compreensão é o Bairro Getúlio Vargas (BGV), localizado na zona urbana da cidade do Rio Grande, no sul do estado do Rio Grande do Sul (RS), dentro do período entre os anos de 1930 e 2020. O bairro em questão, localizado entre o centro histórico da cidade do Rio Grande e o Porto Novo, é conhecido como o bairro mais popular do Rio Grande, é tido como berço do carnaval no município, possui uma presença forte de casas de religião de matriz africana, é expoente do rap e do hip hop na cidade e um bairro da classe trabalhadora. O texto está permeado de temáticas entrelaçadas entre racismo, invisibilidade negra, segregação socioespacial e presença negra no espaço urbano, pretendendo contribuir para a compreensão da realidade da presença da população negra no espaço urbano.

Palavras-chave: População negra. Segregação socioespacial. Espaço urbano.

Abstract:

The proposition of this article is linked to a larger study in which we propose to understand the survival strategies that the Black population has been developing to seek integration into society and appropriation of urban space. The place taken as a field of understanding is Bairro Getúlio Vargas (BGV), located in the urban area of the city of Rio Grande, in the south of the state of Rio Grande do Sul (RS), between 1930 and 2020. The neighborhood in question, located between the historic center of the city of Rio Grande and Porto Novo, is known as the most popular neighborhood in Rio Grande, is considered the birthplace of carnival in the municipality, has a strong presence of houses of religion of African origin, is an exponent of rap and hip hop in the city and a working class neighborhood. The text is permeated with intertwined themes between racism, black invisibility, socio-spatial segregation and black presence in urban space, intending to contribute to the understanding of the reality of the presence of the Black population in urban space.

Keywords: Black population. Socio-spatial segregation. Urban space.

Resumen:

La propuesta de este artículo está vinculada a un estudio más amplio en el que nos proponemos comprender las estrategias de supervivencia que la población negra ha venido desarrollando para integrarse en la sociedad y la apropiarse del espacio urbano. El lugar tomado como campo de entendimiento es el Barrio Getúlio Vargas (BGV), ubicado en el área urbana de la ciudad de Rio Grande, en el sur del estado de Rio Grande do Sul (RS), entre 1930 y 2020. El barrio en cuestión, ubicado entre el centro histórico de la ciudad de Rio Grande y Porto Novo, es conocido como el barrio más popular de la ciudad de Rio Grande, es considerado la cuna del carnaval en el municipio, tiene fuerte presencia de casas de religión de base africana, es exponente del rap y hip hop en la ciudad y un barrio de clase trabajadora. El texto está impregnado de temas entrelazados entre el racismo, la invisibilidad negra, la segregación socioespacial y la presencia negra en el espacio urbano, con la intención de contribuir a la comprensión de la realidad de la presencia de la población negra en el espacio urbano.

Palabras-clave: Población negra. Segregación socioespacial. Espacio urbano.

1. Introdução

As populações negras fizeram e fazem parte de processos cotidianos de formação espacial de cidades no Brasil. Por fatores relacionados ao período da escravidão e do pós-abolição do país, parte das suas histórias e presenças nos espaços urbanos sofreram (e ainda sofrem) processos históricos de apagamentos, invisibilidades e de estigmatização dos seus territórios. Tais fatores constituem-se como forma de apagar as contribuições negras na formação do nosso país em diferentes aspectos, incluindo as formas urbanas de estar no mundo.

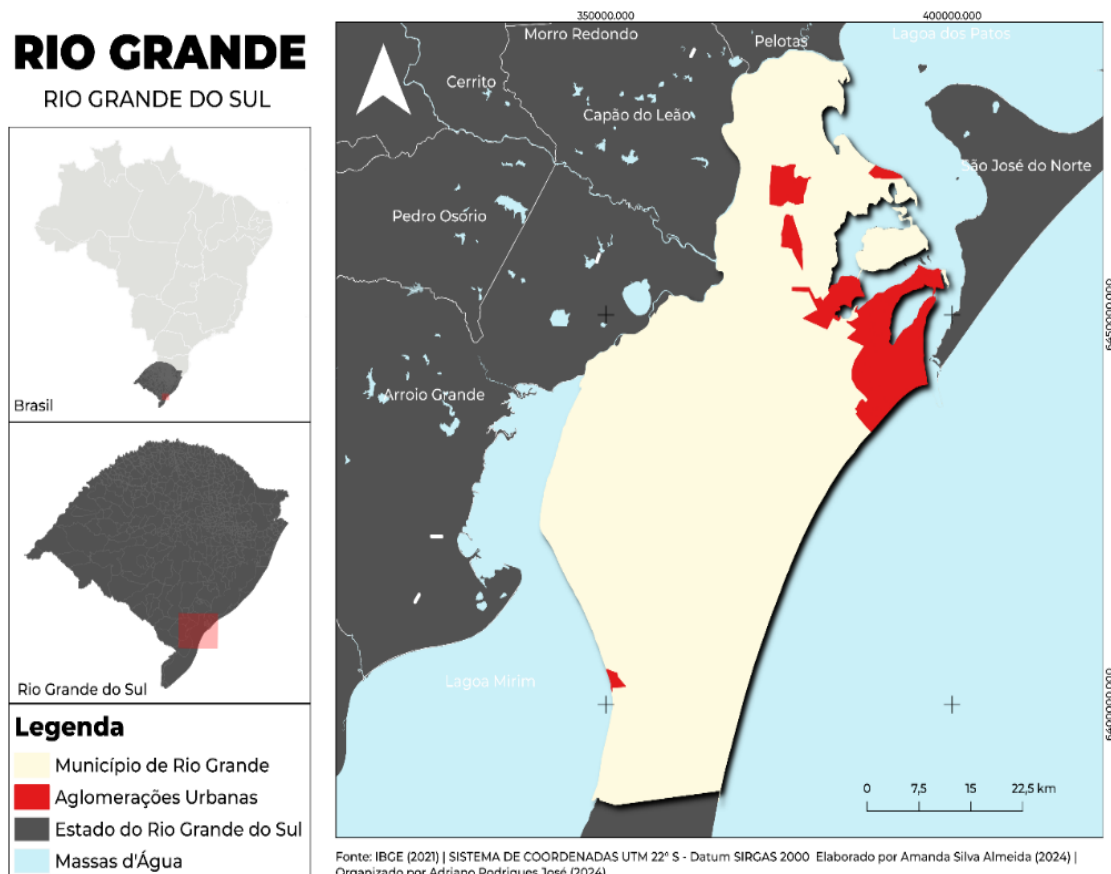
A proposição deste artigo vincula-se a um estudo maior no qual propomos compreender as estratégias de sobrevivência que a população negra vem desenvolvendo para buscar inserção na sociedade e apropriação do espaço urbano. O lugar tomado como campo de compreensão é o Bairro Getúlio Vargas (BGV), localizado na zona urbana da cidade do Rio Grande, no sul do estado do Rio Grande do Sul (RS), no período entre os anos de 1930 e 2020.

Ao buscarmos conhecer a história de ocupação do BGV, afirmamos que há uma ancestralidade e lutas anteriores à nossa existência, que se fazem presentes no modo como buscamos estudar, analisar e compreender a presença negra no espaço urbano. À estas histórias de lutas e vidas, de deslocamentos, muitas delas silenciadas, esquecidas, interrompidas e/ou não conhecidas, as quais deve-se respeito e necessitam serem honradas/lembradas, juntam-se outras histórias de vida mais recentes de quem vive no BGV. Torna-se importante conseguir conhecer e contar essas histórias na perspectiva da presença negra neste lugar, buscando compreender os modos de apropriação do espaço que compuseram a história do bairro e que ainda se fazem atuantes.

2. Produção de um espaço urbano sulino: as transformações de uma área alagadiça em um território ocupado

O atual nome do bairro, localizado na zona urbana da cidade do Rio Grande (Figura 1), foi dado oficialmente depois da industrialização e da urbanização de algumas de suas partes, assim como a delimitação dos seus limites, na década de 1950, através da Lei Municipal nº 735 de 30 de setembro de 1954, passando a ser dada a denominação de “Bairro Getúlio Vargas” para a chamada “Vila dos Cedros” (Rio Grande (RS), 1954). A explicação do nome Vila dos Cedros (Inspetoria Federal dos Portos, Rios e Canais *apud* OLIVEIRA, 2000, p. 185) deve-se ao fato de que no ano de 1928 foram plantadas mudas de cedro marítimo para fins de fixação das areias das dunas do Porto, planta esta que deu origem ao nome. Tal toponímia esteve popularmente validada pelas populações do bairro e oficializada em documentos de órgãos federais, estaduais e da prefeitura municipal. É comum o uso das expressões “morador do Cedro” e “morador do BGV” como referências a este lugar (Lopes, 2008, p. 12).

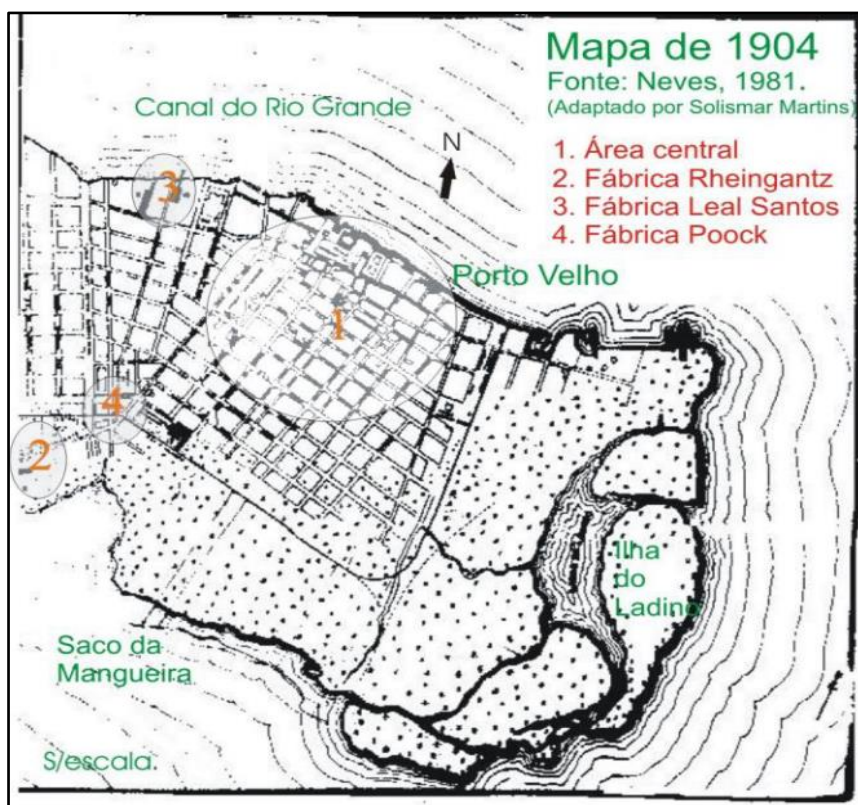
Figura 1 – Mapa de localização do município do Rio Grande no RS e Brasil



Fonte: IBGE (2021). Sistema de Coordenadas UTM 22° S – Datum SIRGAS 2000.
Elaborado por Amanda Silva Almeida (2024).

O lugar onde atualmente está delimitado o BGV teve sua origem a partir do aterramento de uma área, originalmente composta por pequenas ilhas e por uma maior chamada de Ilha do Ladino¹ (Figura 2). Para esta área aterrada foi dado o nome de terrapleno oeste, estando localizada a leste do centro histórico do município do Rio Grande, constituindo uma área inicial de expansão urbana, dentro de um contexto da necessidade de construção de um novo porto para a cidade (Martins, 2022). A área era pertencente a um grupo empresarial francês chamado Cia. Française e nela havia um projeto de implantar um bairro planejado por engenheiros franceses (*Ibidem*). Diante do movimento de instalação do frigorífico *Swift* na área do terrapleno oeste no ano de 1917, houve a necessidade de muita mão-de-obra, o que ocasionou a atração de pessoas de outros municípios do RS e a consequente ocupação do terreno conhecido como Vila dos Cedros, hoje BGV (Martins, 2022).

Figura 2 – Parte de Rio Grande em 1904, com a localização da área aterrada do atual BGV

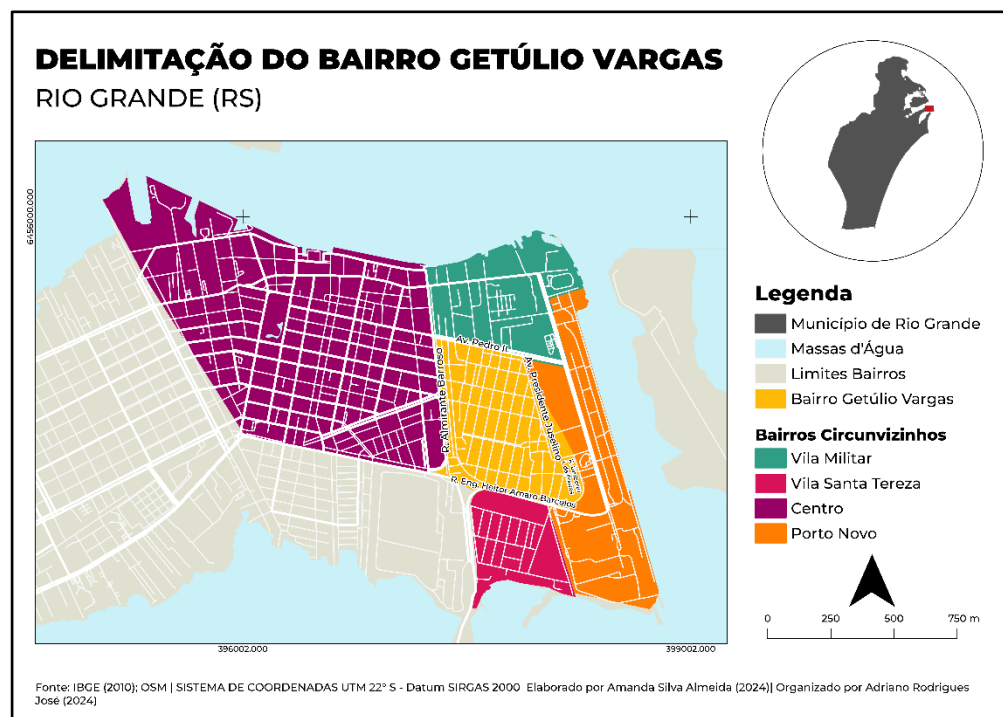


Fonte: MARTINS, 2012, p. 132

¹ O termo “ladino”, no contexto de um país com histórico escravista, era utilizado para denominar os africanos escravizados “considerados social e culturalmente adaptados: sabiam falar português e transitavam pela sociedade escravocrata com certa desenvoltura (o que não significa aceitação ou passividade)”. Esta definição está disponível em: <http://historialuso.arquivonacional.gov.br/>. Chamou-nos a atenção o nome dado a ilha, fazendo-nos supor que, através uma investigação de toponímia (“ladino”), possamos ter uma aproximação de que o nome esteja relacionado a presença de africanos escravizados nesta ilha em algum momento histórico da colonização da Vila do Rio Grande de São Pedro.

Por localizar-se próximo ao centro, ao Porto Novo e às indústrias, o BGV (Figura 3) foi ocupado principalmente por trabalhadores portuários, tais como estivadores, marinheiros e trabalhadores das fábricas das indústrias de pescado, incluindo trabalhadores de menor remuneração do frigorífico Swift (Oliveira, 2000; Lopes, 2008; Martins, 2022; Iphan, 2024).

Figura 3 – Delimitação do Bairro Getúlio Vargas (BGV)



Fonte: IBGE (2010). Sistema de Coordenadas UTM 22° S – Datum SIRGAS 2000.
Elaborado por Amanda Silva Almeida (2024).

Ao longo de sua história, a Vila dos Cedros foi estigmatizada socialmente devido às características de suas construções residenciais e ao perfil de seus moradores, dando-se o nome paralelo de favela em referência ao conjunto de habitações que foram nomeadas como malocas (Martins, 2022; Oliveira, 2000). O estigma de ser uma ocupação considerada irregular pelo fato de acontecer em uma área privada também atuou na história do bairro, devido as ocorrências de movimentos de retirada de moradias e de famílias. Na década de 1970, aconteceram no bairro remoções das habitações precárias para outros espaços do município, motivadas pela expansão portuária, com o objetivo de aumentar a área útil do Porto Novo para fins de armazenamento de produtos e mercadorias (Martins, 2022; Oliveira, 2000; Cipriano, 2012). No ano de 2018, devido a novas necessidades para o crescimento de instalações portuárias em áreas pertencentes ao Porto Novo dentro do bairro, houve remoções (Figura 4) de moradores os quais foram deslocados para novas moradias em dois conjuntos residenciais denominados Getúlio Vargas I e II, conhecidos como BGV I e BGV II, localizados no seu próprio entorno (Souza,

2023). A dinâmica embutida nesses movimentos de remoções nos indica, num exercício interpretativo e crítico, concepções do espaço urbano, de construção das cidades e, na nossa opinião, revela a forma como a sociedade lida com temas cruciais, tais como o direito à moradia, o direito à cidade, o direito a habitar e as condições objetivas para sua concretização. Neste ínterim, concordamos com Joice Berth quando traz questões importantes sobre a cidade:

A cidade, nosso ambiente físico de convivência coletiva, não só recebe e absorve discursos, mas também reproduz e espalha – na concepção e divisão dos espaços, em seu desenho e em seu funcionamento – estruturas sociais e decisões, que são também omissões históricas. Assim, é fundamental compreender a cidade também como espaço de consolidação de convicções, ideias, práticas e, ainda, de articulação das tecnologias de opressões usadas e aprimoradas no decorrer do tempo (Berth, 2023, p. 21).

Figura 4 – Área do Bairro Getúlio Vargas atingida pela expansão portuária



Fonte: ALMEIDA; SILVA, 2012, p. 139

Conforme expõe Martins (2022), no espaço aterrado, ocorreu um novo modo de ocupação na cidade, inicialmente composto por habitações classificadas por “malocas” e “mocambos”. O autor pondera em outro texto que, no contexto de formação do espaço urbano da cidade do Rio Grande, o uso das expressões “malocas” e “mocambos” possuem o mesmo significado, nomeando moradias de baixíssimo custo, precárias, que não possuem condições mínimas para servirem de abrigo para pessoas (Martins, 1998).

Nesse campo de significações, tais termos acabaram adquirindo uma conotação depreciativa através do seu uso em alguns meios de comunicação impressos da cidade do Rio Grande e por parte da sociedade riograndina. Os autores Klafke, Weimer e Furini (2022) reforçam a prática pejorativa da utilização dos termos, chamando a atenção para evitar o seu uso, tendo como contexto de estudos a formação do município de Porto Alegre/RS.

O início da ocupação do BGV é de difícil definição, conforme observa Martins (2022). Pondera que ela tenha ocorrido a partir de 1920 devido ao fato de constatar a existência de um volume significativo de correspondências entre a Prefeitura Municipal e a Diretoria de Portos e Canais entorno da retirada das populações que ocupavam de forma indevida a área do terrapleno oeste (Martins, 2022, p. 136). Por sua parte, Oliveira (2000) sugere que a ocupação do local do bairro deu-se no decorrer da década de 1930 (Oliveira, 2000, p. 184). Além destas referências, expomos outro ponto de vista de que a ocupação do bairro no qual teria se iniciado em 1913. Esta possibilidade ampara-se na oralidade de uma liderança antiga do bairro, a qual ganhou foco a partir de comemorações expostas em uma página da internet, a qual expõe que em dezembro de 2023 houve a comemoração de 100 anos do bairro (Fórum Estadual de Reforma Urbana do Rio Grande do Sul, 2013).

Pensamos ser importante uma aproximação ao período que demarca o início da ocupação daquela parte do território rio-grandino, cujo contexto de ocupação está relacionado, ao aterramento de uma área para construção do novo Porto do Rio Grande e à posterior instalação de um frigorífico. Destarte, através de registros orais o movimento migratório que originou parte da mão-de-obra vinda de diversos municípios do Rio Grande do Sul para a realização das modificações nesse espaço foi composto por pessoas negras.

3. Nas casas, nas ruas, nos cotidianos do lugar: um bairro negro em Rio Grande

Trazer a história do BGV, fazendo memória dela, expressa um caminho de conhecimento a partir do qual queremos demonstrar que este bairro é um território que demonstra a luta pela moradia, um espaço de resistência e o berço da cultura popular no município do Rio Grande, bem como onde se desenvolveram diversas redes de solidariedade entre os moradores.

O BGV é conhecido como o mais popular de Rio Grande. A partir de conversas com lideranças e pessoas com relações com o lugar, ouvimos que o “Cedro”, dentro do contexto do município do Rio Grande, é tido como berço do carnaval, possui uma presença forte de casas de religião de matriz africana, é expoente do rap e do hip hop e um bairro da classe trabalhadora.

No contexto de casas de religião de matriz africana, a Nação Jeje teve seu berço no BGV, como afirma um mapeamento publicado neste ano pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan, 2024). O mesmo mapeamento continua pontuando

Também neste bairro está situado o Reino de Iemanjá Candomblé de Xangô e Oxum, antigo terreiro de Pai Nilo do Xangô, hoje liderado por Iyá Cota de Oxum. Além desses terreiros maiores e mais antigos, encontram-se casas mais modestas, como o Ilê Elaká, de Mãe Ema do Xangô, também visitado por este mapeamento. Foi indicado ainda o terreiro de Mãe Otília do Ogum, que é de nação jeje e tem mais de 60 anos de religião, também localizado no bairro Getúlio Vargas. Além das casas existentes atualmente, pode-se perceber, no trabalho de campo, a memória de terreiros que não existem mais, mas dos quais os interlocutores lembram o endereço com exatidão. O bairro Getúlio Vargas também faz parte do trajeto da Procissão de Ogum Guerreiro – Urumi (Iphan, 2024, p. 487).

O referido mapeamento traz informações acerca da presença de terreiros no interior do bairro, incluindo que este faz parte do trajeto da procissão de um orixá da mitologia iorubá, e fornece fotos dos espaços sagrados e práticas religiosas. Pode-se perceber a ancestralidade africana presente nesse lugar, territorializando-se suas formas de estar no mundo, coadunando com os relatos recebidos por lideranças que mantêm relações com o BGV sobre a presença de casas de religião de matriz africana. O lugar de estudo é tido como “um dos territórios marcantes e emblemáticos na memória afroreligiosas da cidade” (Iphan, 2024, p. 141).

Recorrendo a levantamentos estatísticos de anos recentes, para dados de cor e raça da população do bairro, o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 fornecem informações de que viviam naquele ano um total de 10.637 pessoas. Dentre estas, 1.965 e 1.922 pessoas se autodeclararam pretas e pardas, respectivamente, segundo os critérios adotados pelo instituto, representando um percentual somado de 37,49%. Em aspectos proporcionais, tal representatividade esteve acima dos 16,13% que a população autodeclarada negra representava no conjunto de habitantes no RS no Censo do mesmo ano. Com isso, percebe-se, a partir dos dados do Censo de 2010, uma proporcionalidade de pessoas pretas e pardas maior no BGV, em comparação ao percentual do estado. Pensamos ser este um dado importante a ser destacado.

Conforme dados preliminares obtidos a partir dos resultados do Censo de 2022, tem-se atualmente um total de 8.241 pessoas residentes a partir de contagem manual realizada através dos quinze agregados dos setores censitários preliminares que compõem o bairro, demonstrando assim um decréscimo no total da população residente em comparação ao Censo anterior. Para demais resultados específicos e definitivos dos residentes quanto à cor e raça

precisaremos aguardar a divulgação dos dados por parte do IBGE, a fim de que possa ser realizado um exercício comparativo entre os dois períodos dos censos.

Concordamos com Campos (2005, p. 19) quando afirma que “o processo de construção espacial da cidade, em geral, não vem, ao longo da história, contemplando os grupos denominados ‘minorias’”, referindo-se ao seu estudo sobre as populações negras nos espaços das favelas na cidade do Rio de Janeiro. Nesta perspectiva, a concordância se dá quando nos debruçamos no estudo sobre a presença negra na cidade do Rio Grande, pois segundo o autor

O fazer a cidade pertence aos grupos socialmente mais representativos, que participam do processo como sujeitos históricos, enquanto aos demais resta acompanhá-los como massa, sem nenhuma determinação, seja qual for a instância analisada: política, econômica ou social (Campos, 2005, p. 19).

E “aos demais” a quem o autor se refere, fazemos relação com a presença da população negra no espaço urbano, especificamente no hoje BGV desde o início de sua ocupação e apropriação espacial, quando era mais chamado de Vila dos Cedros. O pensar como a condição de ser negro, de pertencer a uma população negra no município do Rio Grande, tornou-se fator nos processos de segregação socioespacial no espaço urbano. Em outros momentos da história do BGV, do espaço vivido desse lugar, dava-se socialmente uma maior ênfase a temas policiais, conforme textos de jornais de diferentes épocas, os quais tratavam e estigmatizam como lugar violento e de desordem. Logo, pensamos que é importante, na perspectiva deste estudo, o olhar da investigação científica de saber sobre as relações constituintes desse espaço vivido, das expressões culturais que fizeram e fazem parte do cotidiano, das religiosidades presentes no lugar, sobre os processos de exclusão e produção de desigualdades etc.

4. O lugar BGV como espaço vivido

A atualidade do pensamento do geógrafo negro e brasileiro Milton Santos nos parece proeminente quando trata do meio técnico-científico-informacional que tem a globalização como produto. A globalização produz, entre outros subprodutos, os territórios, os lugares e as desigualdades sociais. O dinamismo dessa integração do local com o global aponta a indissociabilidade das escalas, na qual “cada lugar, é à sua maneira, o mundo” (Santos, 2023, p. 314). A relação global e local está evidenciada pelo indivíduo (e suas relações sociais em diferentes escalas), que tem o lugar como seu intermédio de vínculo.

Para Milton Santos o lugar é o espaço vivido do acontecer solidário, que se diferencia do espaço banal pelas ações e objetos que ali se destacam. Nesse espaço compartilhado de coexistência os valores são gerados e compartilhados, sejam eles de cunho social, político ou cultural. A coletividade intrínseca no espaço geográfico, apesar das diferenças entre os espaços opacos e os espaços luminosos e suas verticalidades e horizontalidades produzidas, faz com que os indivíduos produzam para um bem comum, mesmo que esse seja desconhecido. Sendo assim, além da solidariedade,

no lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada um exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas das ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, por meio da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (Santos, 2023, p. 322).

Ao tratar sobre o tema das metrópoles no Brasil, Santos (1993) nos fornece contribuições teóricas que auxiliam na compreensão da presença da população negra no BGV. Ele nos lembra que ao homem comum a cidade torna-se seu mundo concreto, como “coisa inteiramente histórica, impõe a ideia de um tempo humano, um tempo fabricado pelo homem, e torna possível tratá-lo (ao tempo) de forma empírica, contábil, concreta” (Santos, 1993, p. 9), onde o mundo e os homens se movem mais, podendo ser lugar de educação e reeducação.

Na cidade, hoje, a “naturalidade” do objeto técnico — uma mecânica repetitiva, um sistema de gestos sem surpresa — essa historicização da metafísica, crava no organismo urbano, áreas “luminosas”, constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao resto da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas “opacas”. Estas são os espaços do aproximativo e não (como as zonas luminosas) espaços da exatidão, são espaços inorgânicos, abertos e não espaços racionalizados e racionalizadores, são espaços da lentidão e não da vertigem (Santos, 1993, p. 10).

Podemos relacionar que o BGV se encontra no contexto descrito acima como “zona urbana opaca”, como espaço do aproximativo, da lentidão, numa relação com Santos (2023) quando trata do lugar como espaço do compartilhado. Avancemos na questão trazida por Santos:

A literatura que glorifica a potência inclui a velocidade como essa força mágica que permitiu à Europa civilizar-se primeiro e empurrar, depois, a "sua" civilização para o resto do mundo. Se velocidade é força, o pobre, quase imóvel na grande cidade, seria o fraco, enquanto os ricos empanturrados e as gordas classes médias seriam os fortes. Creio, porém, que na cidade, na grande cidade atual, tudo se dá ao contrário. A força é dos "lentos" e não dos que detêm a velocidade (...). Quem, na cidade, tem mobilidade — e pode percorrê-la e esquadrihá-la — acaba por ver pouco da Cidade e do Mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente pré-fabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem exatamente do convívio com essas imagens. Os homens "lentos", por seu turno, para quem essas imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo as fabulações. A lentidão dos corpos contrastaria então com a celeridade dos espíritos (Santos, 1993, p. 10)?

Assim, nos parece que há no BGV um instigante local compreensivo, pois a ideia do prático-inerte como resultado de “totalizações do passado, criando configurações resistentes na vida social e, digo eu, também no espaço” (Santos, 1993, p. 11) pode nos fornecer algumas luzes para a análise. A ocupação do terreno do que se tornou a conhecida Vila dos Cedros deu-se a partir da vinda de migrantes, pessoas de outros municípios, muito provavelmente atraídos pelas ofertas de emprego, aumentando dessa forma a variedade de sujeitos, de práticas sociais, de culturas num lugar a ser constituído inicialmente com suas habitações sendo construídas com materiais precários e ausência de condições dignas de vivência (Oliveira, 2000). A partir de Santos (1993), tal situação poderia ser relacionada com o prático-inerte local, entendido aqui como o terreno a ser ocupado e a nova cidade, e com o prático-inerte trazido por cada sujeito em si, pois para ele “o migrante se contrapõe à temporalidade que no lugar novo quer abrigar-se no sujeito”, ocasionando um “choque de orientações, obrigando a uma nova busca de interpretações” por parte do migrante (Santos, 1993, p. 11).

5. Racismo, invisibilidade negra e segregação socioespacial

(...) tem este sentido, de luta contra o racismo, através da discussão sobre manifestações deste sistema de dominação no espaço urbano. Pensar em “Questões Urbanas e Racismo” nos desafia a olhar as manifestações e expressões concretas e subjetivas do racismo no espaço urbano, o que é também, por outro lado, utilizar o espaço urbano como chave de compreensão do racismo (Santos, 2012, p. 28).

Tornar-se negro, numa perspectiva pessoal, carrega elementos familiares na jornada de reconhecimento da identidade negra na trajetória de vida. Elementos que são carregados de lembranças, tais como: de sempre ouvir da mãe, ao sair de casa para ir a algum lugar; o pedido para levar consigo a “identidade” (documento de); de andar com o irmão mais velho de noite e

ouvir o conselho de abrir os botões da camisa (com a interpretação que era uma forma de “se impor” ou “causar medo”, a fim de se proteger contra um possível ato de violência); de acompanhar desfiles de carnaval com familiares, etc. Com isso, reconhecemos que algumas configurações, restritas a um núcleo familiar, por exemplo, foram forjadas num contexto mais amplo e histórico que moldou e moldam as relações sociais e raciais em nosso país.

Ao trazer o tema do racismo no contexto deste texto, queremos demarcar a posição de que abordá-lo é basilar para compreendermos os processos de segregação socioespacial, das desigualdades espaciais e sociais perante a as populações negras nos espaços urbanos.

Para iniciarmos, recorremos a Sueli Carneiro (2005) quando apresenta seu entendimento sobre o conceito de raça, apoiando-se em outros autores. A autora contextualiza que na década de 1970 iniciaram-se estudos da temática das desigualdades raciais em que pesou a redefinição dos conceitos de raça e racismo, assim como os pesos que possuem na “estratificação social” (Carneiro, 2005). Nesse contexto, afirma que aparece o “agrupamento de pretos e pardos na categoria negros, justificado pela similitude dos indicadores sociais encontrados para ambos nos levantamentos censitários oficiais e significativamente oposta aos dos autodeclarados brancos” (Carneiro, 2005, p. 28). É este entendimento de negro(a) em conjunto com o termo população (população negra) que será utilizado como categoria analítica neste trabalho de pesquisa. Sobre isto faremos uma exposição mais adiante.

Concordamos com Antônio Sérgio Guimarães, cuja perspectiva também se apoia Carneiro (2005), na qual entende que raça é

(...) um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. Mas por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de ‘raça’ permite – ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos, – tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite. (...) A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social (...) (Guimarães, 1999, p. 11-12 *apud* Carneiro, 2005, p. 28 e 29).

Há a perspectiva proposta por Guimarães (1999) para a qual a cor só pode se tornar “critério explicativo das diferenças sociais existentes entre negros e brancos” atrelada à existência de uma “concepção racial preexistente”, da qual o fator cor é preponderante, e “na medida em que foi possível, a partir dela, estabelecer as diferenciações de raça, o que faz com que a cor tenha uma conotação racial irredutível” (Carneiro, 2005, p. 29). Com essa visão,

Guimarães (1999) traz a definição de racismo como “uma forma bastante específica de ‘naturalizar’ a vida social, isto é, de explicar diferenças pessoais, sociais e culturais a partir de diferenças tomadas como naturais” (Guimarães, 1999, p. 11). Persiste afirmando que

(...) cada racismo só pode ser compreendido a partir de sua própria história. (...) se destaca, nessa busca, a noção nativa de ‘cor’ e o caráter assimilacionista e universalista do modo brasileiro de se identificar, a si e aos demais. Se somos assimilacionistas ao nos identificar, temos forçosamente de discriminar o Outro racial pelas diferenças (marcas físicas e culturais) que não conseguimos assimilar. Daí esta noção, tão central ao pensamento brasileiro, de embranquecimento, e a consequente rejeição simbólica do ‘negro’ e do ‘africano’ (Guimarães, 1999, p. 12-13, apud Carneiro (2005, p. 28 e 29).

Carneiro (2005, p. 29) apresenta o pressuposto de ser raça “um dos elementos estruturais de sociedades multirraciais de origem colonial”, como no caso do Brasil. Na sua opinião, conceitos de *apartheid* social e a preponderância do conceito de classe social sobre outros conceitos não alcançam e, por outro lado, “inviabilizam ou mascaram a contradição racial presente nas sociedades multirraciais, posto de raça/cor/etnia e, em especial para o Brasil, são variáveis que impactam a própria estrutura de classe” (Carneiro, 2005, p. 29).

Disso decorre que a essência do racismo, enquanto pseudo-ciência, foi buscar legitimar, no plano das ideias, uma prática, e uma política, sobre os povos não-brancos e de produção de privilégios simbólicos e/ou materiais para a supremacia branca que o engendrou. São esses privilégios que determinam a permanência e reprodução do racismo enquanto instrumento de dominação, exploração e mais contemporaneamente, de exclusão social em detrimento de toda evidência científica que invalida qualquer sustentabilidade para o conceito de raça (Carneiro, 2005, p. 29).

Para ter sustentabilidade, “o ideário racista depende de sua capacidade de naturalizar a sua concepção sobre o Outro”, e este “dominado, vencido, expresse em condição concreta, aquilo que o ideário lhe atribui” (Carneiro, 2005, p. 29). Para tanto, é necessário que a forma e o conteúdo, as palavras e as coisas, “coincidam para que a ideia possa se naturalizar”, onde “a profecia auto-realizadora é imprescindível para a justificação da desigualdade” (Carneiro, 2005, p. 29-30). Em vista disso, concordamos com a autora quando afirma que “a pobreza a que estão condenados os negros no Brasil, é parte da estratégia racista de naturalização da inferioridade social dos grupos dominados a saber negros ou afrodescendentes e povos indígenas” (Carneiro, 2005, p. 30).

Parece-nos que tais questões expostas por Carneiro (2005) instigam-nos a refletir sobre como cidadãos negros brasileiros tidos como diferentes tem sua participação na vida social tornada invisível, e por isso não reconhecida, por uma sociedade hegemônica. A qual, no dizer

de Duprat “(...) cria os guetos, coloca os diferentes em guetos (...) ela é uma sociedade que divide, que reserva aos seus diferentes espaços de invisibilidade” (Duprat *apud* Brasil, 2010, p. 14)².

Nesse sentido, pensamos ser possível, a partir das contribuições de Carneiro (2005), avançarmos para um diálogo sobre a relação entre invisibilidade e segregação socioespacial da população negra no espaço urbano com as questões tratadas por Santos (2012).

Ao tratar sobre a espacialidade das relações raciais e suas repercussões no espaço urbano, Santos (2012) expõe que

Sendo a “raça”, constructo social, princípio de classificação que ordena e regula comportamentos e relações sociais, ela tem vinculação direta com a geografia, visto que esta busca compreender dimensões espaciais das relações sociais. É neste sentido que defendemos aqui que as relações raciais grafam o espaço, constituem-se no espaço e com o espaço. Revelar estas espacialidades é tarefa da geografia, e aqui buscaremos explorar possibilidades analíticas, com foco no espaço urbano (Santos, 2012, p. 38).

Pensamos que a presente pesquisa se debruçará nessa perspectiva pois será nosso intento analisar as estratégias de sobrevivência que a população negra segregada espacialmente e estigmatizada socialmente vem desenvolvendo para buscar inserção na sociedade e apropriação no espaço urbano do BGV. No contexto histórico da sociedade rio-grandina, pensamos ser possível, a partir da pesquisa, decifrar/destrinchar mecanismos que operam (e quiçá ainda operam) nos modos de classificação baseados na raça/cor/etnia (estes na perspectiva de Carneiro, 2005) e como tais modos foram (e são) mobilizados em relação à presença negra no BGV.

Corroboramos com Santos (2012) quando afirma

Essa leitura do padrão (brasileiro) de relações raciais nos conduz a pensar não apenas a racialidade (e a complexidade) das classificações raciais, mas também, uma classificação de contextos onde este princípio de hierarquização social (a raça) é mobilizado ou não é. (...) Há na nossa sociedade um complexo padrão de relações raciais que mistura, no cotidiano das relações sociais, momentos onde há interações marcadas por horizontalidade, integração e igualdade entre brancos e negros e, ao mesmo tempo, outros momentos onde há verticalidades, hierarquias e diferenças que são transformadas em desvantagens, ou vantagens desiguais entre esses grupos. Esta mistura entre momentos de horizontalidade e momentos de verticalidade é que permitirá que, a um só tempo, convivam na sociedade (i) uma representação de si própria como sendo uma “democracia racial” e (ii) a reprodução e a consolidação de desigualdades sociais baseadas em raça, o que deveria ser extirpado se horizontalidade, integração e igualdade fossem princípios ordenadores das relações raciais vigorando em todos momentos da construção do tecido social (Santos, 2012, p. 44).

² Parte da exposição feita pela Sra. Déborah Duprat, Vice-Procuradora-Geral da República no ano de 2010, por ocasião da Audiência Pública no Supremo Tribunal Federal sobre Políticas de Ação Afirmativa de Acesso ao Ensino Superior, realizada em março de 2010. A paginação foi feita pelo autor pois no documento original não constam os números de páginas.

Segundo o autor “o acesso às riquezas que a sociedade produz (acesso a educação, emprego, saúde, conhecimento e seus instrumentos de produção, posições de poder, etc.)” são delineados pelas “diferenças raciais” mobilizadas na perspectiva de hierarquias e verticalidades, acabando por produzir e reproduzir as desigualdades raciais (Santos, 2012, p. 44), as “possibilidades e os tipos de presença dos indivíduos nos lugares” (Santos, 2012, p. 46).

É isto que condiciona o entrelaçamento de princípios de hierarquização social nos diferentes contextos – um princípio pode se somar a outro enfatizando uma posição subalternizada ou valorizada, pode anular ou relativizar outro, ou ainda pode “substituir” discursivamente o outro. É neste sentido que a raça pode ser e pode não ser uma variável independente: ela pode estar num contexto atrelada a outra variável (pertencimento religioso, gênero, instrução, classe), ou pode ser mobilizada de maneira independente. Da mesma forma, essas outras variáveis também podem ser mobilizadas atreladas a raça – como, por exemplo, no caso da intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras, que tem nitidamente uma dimensão racial atrelada à religiosa, afinal, religiões orientais e de outras regiões do globo não sofrem no Brasil das mesmas violências simbólicas e físicas que as de matriz africana recebem (Santos, 2012, p. 46-48).

Tal posicionamento direciona o pensamento em relação as intolerâncias e indiferenças praticadas e disseminadas, concretamente e no imaginário social, contra as religiões de matriz africana, cuja presença é marcante na constituição da nossa sociedade e do BGV. Aliado a esse ponto, podemos pensar na relação colocada pelo autor nas manifestações e expressões culturais de origem negra (samba, pagode, hip hop, rap, clubes culturais negros, etc.). Ou seja, ao mesmo passo que tais manifestações podem ser valorizadas, praticadas e aceitas por parte da sociedade capitalista, por outro lado, em tempos históricos e contextos diferentes, podem ser rechaçadas e inviabilizadas num ideário social impregnado de que são “coisas de preto”.

O racismo aparece, então, como sistema multidimensional de classificação social, que (no caso brasileiro) tem em traços corpóreos (cor da pele, cabelo, entre outros traços fenotípicos) o principal traço diacrítico classificatório, mas que pode associar outras variáveis para compor um sistema de dominação, controle e exploração social (Santos, 2012, p. 48).

Adentrando na questão da segregação socioespacial da população negra nas cidades, o autor nos fala que se pode ver nas cidades brasileiras as diferentes formas (ou “expressões”, no seu dizer) espaciais “dessa incorporação subalternizante de comunidades negras geradas no passado pelas relações de escravidão ou no processo de extinção do regime escravocrata” (Santos, 2012, p. 62). Afirma que os processos de segregação, materializados na formação de bairros e comunidades, geram diversas marcas, tais como clubes, as escolas de samba como formas expressões espaciais e aparecem na toponímia de lugares (Santos, 2012).

Campos (2012) procura pensar sobre a segregação socioespacial, principalmente a partir da ação de pessoas pretas e pardas, nos seus movimentos de produzir a cidade cotidianamente. A opção analítica adotada pelo autor é a de

(...) pensar que cada espaço urbano é constituído por processos que, ao longo de cada história, produzem em cadeia não cronológica, mas simultânea, sujeitos diferenciados, seguindo uma sequência: expansão urbana, processo de metropolização, segregação/questões étnico racial (o nosso principal objetivo para este ensaio) e planejamento (Campos, 2012, p. 72).

Nosso foco de pesquisa está sendo analisar as estratégias de sobrevivência que a população negra segregada espacialmente e estigmatizada socialmente vem desenvolvendo para buscar inserção na sociedade e apropriação no espaço urbano do BGV, dentro de um período histórico de constituição do lugar. Importante descrever os avanços (sejam eles pela ocupação do lugar por meio das conquistas por moradia, mesmo que “informais”, criação de vínculos, produção de cultura e religiosidades, produção de identidades, melhorias de infraestrutura e regularização fundiária etc.) e os recuos/contradições (desocupações forçadas, estigmatização, negação e invisibilidade negras na cidade, segregação socioespacial etc.).

A presente pesquisa não teria sentido se o seu foco fosse somente realçar a existência do fenômeno da segregação socioespacial. Concordamos com Campos (2012) quando comenta que é preciso levar em conta processos históricos que envolvem os sujeitos na condição de atores, contraponto e/ou unidos a agentes produtores da cidade em sua materialidade, pois

É necessário compreender estes processos de acordo com os contextos, alinhados que estão com as questões étnico-raciais para que possamos buscar a sua superação na produção do urbano. Só assim, haverá avanços para aqueles que se encontrem em situação de vulnerabilidade social (Campos, 2012, p. 72).

Campos (2012, p. 98) coloca a necessidade de pensar a segregação (socioespacial) como integrante de uma totalidade, pois na sua visão “a cidade capitalista não seria o que é se não existissem os processos de exclusão espacial dos grupos não dominantes”, sendo importante a inserção da questão étnico-racial como questão analítica. Pois, para ele

(...) a segregação socioespacial, para além das questões econômicas, tem na produção de valores, nos quais: o estigma, a discriminação, o preconceito criam impactos negativos na apropriação do espaço urbano e na vida daqueles que são considerados pobres e que vivem nas metrópoles (Campos, 2012, p. 98-100)³.

³ Mesmo o autor do texto estar analisando a temática no âmbito dos estudos sobre metrópoles, pensamos que essa

No conjunto das contribuições teóricas apresentadas e no contexto da pesquisa, concordamos com apontamentos de Milton Santos (2020, p. 28), no seu livro “Espaço do cidadão”, quando afirma que

(...) deve-se falar de um modelo cívico-territorial, a organização e a gestão do espaço sendo instrumentais a uma política efetivamente redistributiva, isto é, tendente à atribuição de justiça social para a totalidade da população, não importa onde esteja cada indivíduo. (...) Mudanças no uso e na gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania, uma cidadania que se ofereça como respeito à cultura e como busca de liberdade.

Cidadania esta que deve estar atrelada à questão racial/cor/étnica, pois, para muitas negras e negros, assim como para este pesquisador negro, é cansativo, apesar de necessário, precisarmos nos autoquestionar, afinal, “O que temos nós, negros (...) que causa tanto pavor e horror à sociedade brasileira” (Bertúlio *apud* Chala; Silveira, 2006, p. 7)⁴

Em torno da questão da segregação socioespacial da população negra caberá à pesquisa analisar os contextos de produção social e urbana do BGV, dentro da perspectiva de ser um território precarizado, e em quais momentos históricos de sua constituição não foi objeto de preocupações de autoridades locais quanto as suas melhorias.

6. Considerações Finais

Temos o objetivo de analisar as estratégias de sobrevivência que a população negra vem desenvolvendo para buscar inserção na sociedade e apropriação no espaço urbano do BGV do município do Rio Grande no período compreendido entre 1930 e 2020.

Para contemplá-lo, já realizamos contato informal com lideranças do BGV, procedemos com pesquisas por edições de jornais rio-grandinos das décadas passadas, no período estipulado da pesquisa, assim como no Arquivo Histórico do município do Rio Grande. Além disso, por termos familiares moradores no bairro, ao visitá-los, é aproveitado o momento para realizar observações empíricas sobre o cotidiano do lugar.

A pesquisa está amparada na perspectiva do trabalho de campo, especialmente com realização de entrevistas e observações, com o pesquisador realizando inserções no bairro.

assertiva é passível de ser vista como importante na presente pesquisa.

⁴ Questionamento feito no dia 21 de agosto de 2006 por Dora Lúcia Bertúlio, na época procuradora da Universidade Federal do Paraná, quando da sua participação no seminário “Experiências de ações afirmativas: cotas étnicas e cotas sociais”, realizado pela UFRGS. Fragmento retirado de uma reportagem sobre cotas na UFRGS publicada no Jornal da Universidade.

Foram realizados contatos moradores e/ou lideranças que integrem tais grupos de pessoas a serem entrevistados(as) do bairro: a) moradores, sem papel de liderança definido junto à comunidade; b) lideranças do carnaval; c) lideranças do hip hop e do rap; d) lideranças de religiões de matriz africana; e) representantes da AMABGV; f) outras lideranças culturais; g) agentes externos ao bairro. As entrevistas com os moradores do bairro aconteceram em local combinado com cada uma das pessoas a ser entrevistada, de preferência em sua residência ou em outro local que lhe traga confiança. Optamos pelo uso da entrevista semiestruturada, com a possibilidade de abertura para novas questões surgidas a partir da dinâmica das entrevistas e das visões das pessoas entrevistadas. Foram organizados dois roteiros das entrevistas: um para o grupo que denominamos de moradores, outro para o grupo denominado como agentes externos ao bairro. Para a análise dos conteúdos das entrevistas trabalharemos na perspectiva qualitativa, procurando elencar pontos comuns entre elas, situações ou pontos de vista novos não previstos inicialmente e questões que tragam entendimento sobre a realidade estudada.

No percurso de realização deste estudo, queremos contribuir no âmbito da ciência, especificamente a partir dos estudos geográficos, com algumas possibilidades de enriquecimento destes no que tange a: a) melhor entendimento sobre a presença negra em um bairro urbano do município do Rio Grande e as discussões sobre naturalização das desigualdades raciais, econômicas e sociais perante a população negra e a “reserva” nestes espaços; b) processos de racismo estrutural atuantes na naturalização das desigualdades raciais, econômicas e sociais da população negra e a “reserva” de certos espaços urbanos de sua inserção no município do Rio Grande; c) ao crescimento do fazer uma Geografia num país como o Brasil, cujo processo de formação territorial e societária possui fortes contornos advindos do processo de escravidão implantado no território brasileiro e do período do pós-abolição; d) possibilidades de percebermos as esperanças que diferentes períodos econômicos traziam nas mentes dos sujeitos negros(as) no que tange as suas expectativas de melhorias nas condições de vida e subsistência material e imaterial.

A compreensão das temáticas do racismo, invisibilidade negra, segregação socioespacial e presença negra no espaço urbano tem sido enriquecida pelos aportes teóricos que realizamos leituras até o momento. No contexto histórico da sociedade rio-grandina, pensamos que será possível, a partir da pesquisa, decifrar/destrinchar mecanismos que operam nos modos de classificação baseados na raça/cor/etnia, estes na perspectiva de Carneiro (2005), e como tais modos foram (e são) mobilizados em relação a presença negra no BGV.

Por seu turno, propomos também dar visibilidade às manifestações religiosas de matriz africana, às histórias atuais (sejam elas advindas das memórias, como da atualidade) em torno das culturas presentes no bairro (aquelas ligadas especificamente ao hip hop, rap e grafite, por exemplo) e à musicalidade carnavalesca muito presente na constituição do lugar. Enfim, percebemos nas conversas tidas até então a importância da presente pesquisa para contribuição da sistematização das experiências da população negra do bairro.

5. Referências

- ALMEIDA, Andressa Cristiane Colvara; SILVA, Susana Maria Velela. Trabalho, moradia e chefia familiar: o caso do processo de expansão portuária no Bairro Getúlio Vargas – Rio Grande (RS). **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 138-149, ago./dez. 2012. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/3213/pdf_38. Acesso em: 18 jul. 2024.
- BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades**. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Audiência Pública, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186, Recurso Extraordinário 597.285**. Brasília, 05 mar. 2010. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAcaoAfirmativa/anexo/Notas_Taquigraficas_Audiencia_Publica.pdf. Acesso em 29 de ago. 2023.
- CAMPOS, Andreilino. As questões étnico-raciais no contexto da segregação socioespacial na produção do espaço urbano brasileiro: Algumas considerações teórico-metodológicas. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis, RS: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012. p. 68-103.
- _____. **Do Quilombo à Favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Betrand Brasil, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/50118823/Do_quilombo_%C3%A0_favela_aprodu%C3%A7%C3%A3o_do_esp%C3%A7o_criminalizado_no_Rio_de_Janeiro. Acesso em: 16 jul. 2025.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2023.
- CHALA, Ânia; SILVEIRA, Jacira Cabral da. UFRGS discute políticas de cota raciais e sociais. *Jornal da Universidade*, Porto Alegre, ano IX, n. 91, 1 de set. de 2006. Disponível em: https://issuu.com/jornaldauniversidade/docs/ju_91_-_setembro_2006. Acesso em 31 ago. 2023.

CIPRIANO, Diego Mendes. **O BAIRRO GETÚLIO VARGAS E A GRANDE FAXINA DOS ANOS 70: consequências socioambientais e Educação Ambiental na remoção de moradias durante a expansão portuária (Rio Grande-RS).** 2012. 119 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2012. Disponível em:

<https://www.repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/8624/CIPRIANO%2c%20Diego%20Mendes.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 jul. 2025.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** São Paulo, Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 34ª ed., 1999. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=jA4hnXoxMNIC&lpg=PA5&hl=pt-br&pg=PA4#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 29 ago. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Mapeamento das casas de religião de matriz africana no Rio Grande do Sul:** Módulo 2 – Jaguarão, Pelotas e Rio Grande/RS. Porto Alegre: Iphan, 2024. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/casas_religiao_matriz_africana_rs_mod2.pdf. Acesso em 16 ago. 2024.

KLAFKE, Antonio Álvaro; WEIMER, Rodrigo de Azevedo; FURINI, Vinícius Reis. **A cidade que devora malocas:** habitação popular e o espaço urbano de Porto Alegre (c. 1943-c. 1973). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022. 210.p.

LOPES, Cledir da Conceição. **A construção social do Bairro Getúlio Vargas** – Rio Grande/RS: processos e dinâmicas na formação de uma vila operária. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia - Licenciatura Plena, FURG, Rio Grande, 2008.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande:** industrialização e urbanidade (1873-1990). [Recurso eletrônico]. 2. ed. Rio Grande: Ed. da FURG, 2022. 232 p.

_____. **Mocambos e malocas num Rio Grande do Sul ainda rural:** um estudo sobre a ocupação do Bairro Santa Tereza – Rio Grande – RS (1918-1960). Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, volume 23, número 1, p. 81-95. Março, 1998. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38383>. Acesso em: 17 jul. 2024.

OLIVEIRA, Carlos Alberto de. **Quem é do mar não enjoa: memória e experiências de estivadores do Rio Grande/RS (1945-1993).** 2000. 273 f. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo/SP, 2000. (cópia digitalizada, gentilmente cedida pelo autor).

RIO GRANDE. **LEI Nº 735 De 30 de setembro de 1954.** Dá a denominação de "Bairro Getúlio Vargas". Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/r/rio-grande/lei-ordinaria/1954/74/735/lei-ordinaria-n-735-1954-da-a-denominacao-de-bairro-getulio-vargas>. Acesso em: 18 set. 2023.

Rio Grande (RS) - BGV 100 anos. **Fórum Estadual de Reforma Urbana do Rio Grande do Sul**, 2013. Disponível em: <https://reformaurbanars.blogspot.com/search?q=bairro+get%C3%BAlio+vargas>. Acesso em 07 ago. 2024.

SANTOS, Milton. Metrópole: a força dos fracos é seu tempo lento. **Ciência e Ambiente**. Ano IV, no. 07, jul/dez, p. 7-12, 1993. Disponível em: <https://cienciaeambiente.com.br/shared-files/4577/?7.pdf>. Acesso em 18 set. 2023.

_____. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed., 3. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. ed., 11. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis, RS: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012. p. 36-67.

SOUZA, Anderson Pires de. **Os Conjuntos Residenciais Getúlio Vargas I e II**: um exemplo de contra-hegemonia frente ao processo de expansão portuária no município de Rio Grande. 2023. 173 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2023. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000015970.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2024.